CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção dos
Profs. Fernando Henrique Cardoso
e Boris Fausto

XXIII

MANUEL NUNES DIAS — FERNANDO. A NOVAIS — EMÍLIA VIOTTI DA COSTA — VIRGÍLIO NOYA PINTO — JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR — MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA — BORIS FAUSTO — LOURDES SOLA — GABRIEL COHN — PAULA BEIGUELMAN — JAIME PINSKY E NILO ODÁLIA

BRASIL EM PERSPECTIVA

Prefácio do
PROF. JOÃO CRUZ COSTA

Organização
e Introdução de
CARLOS GUILHERME MOTA

19ª EDIÇÃO

Capa de
CLAUS P. BERGNER

1990

EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.
Rua Benjamin Constant, 142 - Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-1132
Telex: (21) 38074
Fax: (021) 231-0754

ÍNDICE

do sistema federativo. Essa crise institucional dizia respeito, em grande medida, à necessidade de reformulação das relações do Estado com um organismo econômico que passava a exigir atuação não somente sobre alguns focos regionais mas sobre as exigências de seu conjunto.

A superação da ordem federativa descentralizada, já perceptível nos anos vinte, encontrou condições de viabilidade para seu desencadeamento em 1930, efetuando-se de forma mais nítida com a promulgação do Estado Novo.

A REVOLUÇÃO DE 1930

BORIS FAUSTO

As disputas políticas em torno da sucessão presidencial que marcam a História da Primeira República, ganham, em 1929, uma expressão mais ampla, com a formação da Aliança Liberal.

Entre a trajetória político-eleitoral da Aliança e o movimento revolucionário de 1930 — salto operado em poucos meses — não há uma relação imediata de causa e efeito: as forças que realizam a revolução não são exatamente as mesmas que formam a Aliança e a derrota eleitoral explica apenas em parte a opção revolucionária.

Reflexo e ao mesmo tempo parte constitutiva de um conjunto de transformações que ocorre na sociedade brasileira, os acontecimentos que se desenrolam em poucos meses, entre meados de 1929 e outubro de 1930, e nos primeiros anos após 1930, não podem ser entendidos sem que se faça um balanço, embora esquemático, das principais linhas da estrutura econômica e social da República Velha. As modificações que se verificam no período são o resultado de um processo cumulativo que se configura ao longo de trinta anos e desemboca em condições peculiares — nacionais e internacionais — no movimento revolucionário.

A sociedade brasileira, na Primeira República, tem sido definida, simplificadamente, como um organismo social em que predominam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção do café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira. Este setor, dependente de uma mercadoria sujeita às oscilações de preço no mercado internacional, tinha seu destino diretamente vinculado ao jogo de forças dos grandes centros consumidores, que lhe era impossível con-

trolar. Além disso, a maneira pela qual garantiu sua renda deu um caráter específico a esta vinculação, aumentando a dependência com relação ao capital externo.

Durante os primeiros anos da República, o mecanismo da desvalorização cambial resultante muitas vezes não apenas da queda dos preços do café, mas de outros fatores conjugados, como por exemplo a expansão creditícia do governo provisório (período de Deodoro), limitou os efeitos da baixa do produto, atendendo aos objetivos de socializador de perdas do setor cafeeiro [1].

Mas, a depreciação cambial chegou a limites extremos em fins do século XIX — menos de 6 dinheiros ingleses por mil-réis — forçando Prudente de Moraes, Campos Sales e seu ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, a buscar o reerguimento financeiro do Estado, a partir de 1898, através de um acordo com os credores estrangeiros, o célebre "funding loan".

Ao verificarem-se os resultados favoráveis da política empreendida por Campos Sales, a burguesia cafeeira ficou em uma

(1) "A redução do valor externo da moeda significava, ademais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores. Para aclarar este mecanismo, vejamos um exemplo. Suponhamos que, na situação imediatamente anterior à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em 200 cruzeiros, isto é, ao câmbio de 8 cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução, digamos, de 40 por cento no preço da venda da saca de café, a qual passava a ser cotada a 15 dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial, tal perda de dez dólares se traduziria, pelas razões já indicadas, em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha através da taxa cambial, as conseqüências eram outras. Admitamos que, ao deflagrar a crise, o valor do dólar subisse de 8 para 12 cruzeiros. Os 15 dólares a que o nosso empresário estava vendendo agora a saca de café já não valiam 120 cruzeiros mas sim 180. Desta forma, a perda do empresário que em moeda estrangeira havia sido de 40 por cento, em moeda nacional passava a ser de dez por cento.

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros". Cf. Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959, pág. 195.

situação particularmente difícil, se levarmos em consideração que, desde o início do século XX se abrira uma crise de preços do café, resultante da superprodução, que começava a surgir no mercado internacional. Não podendo contar com o instrumento da desvalorização cambial, o setor cafeeiro elaborou a política de valorização, iniciada no convênio celebrado em Taubaté em 1906, por iniciativa dos Estados cafeicultores e encampada depois pelo governo federal.

Esta política consistia, em síntese, na retirada do mercado de uma parte da produção, com o objetivo de reduzir a oferta no mercado internacional e garantir, tanto quanto possível, o nível de preços. Até 1924, o Estado comprava o produto e o revendia em ocasião mais favorável, intervindo, assim, diretamente no mercado; a partir desse ano, com a criação do Instituto do Café, a intervenção tornou-se indireta, pois o Instituto passou a regular em determinadas proporções a entrega do produto, ficando a parte da safra retida, ao menos formalmente, em mãos do próprio produtor.

A política de valorização assegurou a alta rentabilidade do setor cafeeiro, durante o período 1906-1930, tendo-se em conta que ascendeu o preço externo do café, enquanto a desvalorização cambial retomou, como tendência, seu curso [2]. Nestas condições, os dois fatores de manutenção do nível de renda deram-se as mãos, embora acumulando problemas para o futuro.

Tanto a União como os Estados, não tinham condições para arcar com os ônus da política de valorização, que implicava na disponibilidade de recursos financeiros consideráveis, seja para a compra do produto, seja, posteriormente, para financiar a produção retida pelo mecanismo do controle do mercado. A valorização nasceu com o corolário do apelo ao capital externo, embora os grupos financeiros já instalados no país — Rothschild, Banco da França — tenham resistido, a princípio, a esta política.

(2) Podemos estabelecer a seguinte relação entre os preços e o câmbio:

Anos	*Câmbio médio sobre Londres*	*Preço médio do café em libras-ouro (saco de 60 kg)*
1901-1910	14,02 dinheiros por mil réis	1.87
1911-1920	12,97 " " " "	3.03
1921-1930	5,92 " " " "	4.02

Cf. Dorival Teixeira Vieira — "A evolução do sistema monetário brasileiro", *Rev. de Administração*, ano 1, n.º 2, junho de 1947, págs. 368/369, e Affonso de E. Taunay — *Pequena História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. D.N.C., 1945, pág. 549.

Entretanto, os principais grupos financeiros alemães penetraram no país, através da firma exportadora Theodor Wille & Cia.; os opositores dos Rothschild e Banco da França, respectivamente J. Henry Schroeder & Cia. e Société Générale de Paris, assim com o National City Bank de Nova Iorque entraram também no negócio; a própria casa Rothschild forneceu recursos financeiros a São Paulo, quando a política de valorização se impôs e, após a Primeira Guerra Mundial, o grupo de Lazard Brothers de Londres tornou-se o maior financiador (3).

A defesa do café, de acordo com o esquema apontado, representou um instrumento de interesse dos fazendeiros na medida em que foi a saída possível para a queda de preços. Eles foram, porém, os sócios menores da operação, sujeitando-se, inclusive, ao pagamento de um imposto cobrado em ouro sobre cada saco de café exportado, com o bjetivo de saldar o serviço dos empréstimos. O capital externo assegurou para si as maiores vantagens, não apenas em termos de pagamento do serviço da dívida, mas através do progressivo controle do comércio exterior.

A forma pela qual se concretizou a relação de dependência entre os grupos financeiros e a burguesia do café tornou-a especialmente vulnerável às crises internacionais. O nível de renda dependia dos preços alcançados no mercado mundial, o que não constituía novidade na estrutura econômica do país, porém, a manutenção destes preços, no caso, só era possível através da obtenção de recursos vindos do exterior, que viriam a desaparecer diante de uma grande crise.

A um tempo dominante e dependente, a burguesia cafeeira impôs no país, durante os três primeiros decênios do século, sua hegemonia social e política. Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 20, nenhum grupo que apresentasse uma opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que não foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia, o setor do café.

Em especial, as condições da industrialização brasileira impediram a formação de uma burguesia industrial, com suficiente

(3) Caio Prado Jr. — *História Econômica do Brasil,* 4.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956, págs. 237 e segs.

peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro.

A industrialização se realizava tendo em vista processos econômicos que ocorriam fora da economia nacional e nunca obedeceu a um desenvolvimento contínuo e regular. O impulso básico dependeu da existência de divisas necessárias para a importação de bens de produção, obtidas sobretudo com a exportação do café, e da oportunidade proporcionada por momentos de provisório retraimento do fluxo de mercadorias vindas do exterior (Primeira Guerra Mundial). O relativo desenvolvimento industrial apresentou descontinuidades, resultantes, essencialmente, da retomada do ritmo das importações, quando cessavam os fatores que haviam determinado sua diminuição. A partir do momento em que instalou um razoável aparelho produtivo, a indústria viveu sob o espantalho da alta cambial. O ramo têxtil, por exemplo, no período 1925-1928, sofreu uma retração resultante, em especial, da melhoria do câmbio.

A nosso ver, os mecanismos econômicos dão conta apenas parcialmente da inexistência de oposições radicais entre a burguesia do café e o setor industrial.

É certo que a política de valorização, embora não tivesse em vista os grupos ligados ao mercado interno acabou por não se chocar com eles, ao reduzir os efeitos do chamado multiplicador de desemprego sobre todos os setores da economia; é certo que a desvalorização cambial importou em um encarecimento das importações, incentivando a substituição destas pela produção interna; é certo ainda que o mercado consumidor da indústria nascente era formado sobretudo pela burguesia cafeeira ou por elementos cujas atividades dela dependiam. Não faltaram, entretanto, razões de divergência, no plano econômico: o câmbio baixo representava uma barreira protecionista para a importação de bens de consumo, porém dificultava a entrada de bens de produção, indispensáveis à formação do parque industrial; um protecionismo seletivo constituiu reivindicação constante dos industriais.

As opções a favor e contra a industrialização, o jogo dos setores agrários, responsabilizando a indústria pela alta do custo de vida perante as populações urbanas, demonstram que não havia identidade de interesses entre as duas facções.

Entretanto, o que nos parece importante considerar são as conseqüências desta "industrialização por rupturas", na formação de um grupo social homogêneo. Em outras palavras, não

se trata apenas de apontar a inexistência de oposições de fundo, do ponto de vista econômico, entre a burguesia agrária e o setor industrial, mas de acentuar o fato de que as perspectivas transitórias de investimento que oferecia a atividade industrial impediram a formação de um grupo social estável, dotado de coesão interna, capaz de oferecer um programa político que tivesse em vista especialmente seus interesses: a rigor, existiam atividades industriais, porém não se pode falar na existência de uma burguesia industrial.

As pretensões industrializantes nunca passaram de esperneios de quem procura alcançar um melhor quinhão e aceita a organização da sociedade imposta pelo núcleo dominante.

A predominância da burguesia cafeeira deu à Primeira República uma configuração social e política peculiar. Não apenas se manteve o desequilíbrio regional, decorrente da estrutura colonial e semicolonial do país (concentração das atividades no Nordeste açucareiro, posteriormente em Minas Gerais, com a extração do ouro e diamantes), como a regionalização ganhou novo conteúdo.

A apropriação do considerável excedente econômico gerado pelo café possibilitou a formação de um grupo social poderoso, com suficiente força para consagrar o princípio da ampla autonomia estadual (a Constituição de 1891, por exemplo, facultava aos Estados contrair empréstimos externos) e alcançar, ao mesmo tempo, o controle da União.

Do ponto de vista econômico, a integração nacional era frágil na Império e permaneceu frágil na República. A constituição de um mercado nacional integrado tinha como obstáculo principal, além de razões de ordem geográfica como a extensão do país, a predominância do setor agrário, cujas atividades estavam voltadas para o mercado externo. As crises ou prosperidades regionais não repercutiam diretamente no conjunto da economia, mas somente através da mediação do comércio internacional e das repercussões na balança de pagamentos (4).

Nestas condições, como os processos econômicos tendiam à dispersão, o Estado era praticamente o único instrumento de integração e, por isso, a autonomia regional não pressupunha a fraqueza do poder central. Pelo contrário, ao mesmo tempo em

(4) Cf. Leôncio Martins. Rodrigues — *Conflito Industrial e Sinndicalismo no Brasil,* São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1966, pág. 208.

que a União representava diretamente os interesses cafeeiros, assumia, em nome deles, o papel de guardiã dos interesses nacionais. O Estado legitimava as oligarquias regionais, funcionando como árbitro nas áreas cujos interesses não representava de maneira direta. Isso se expressa nas freqüentes intervenções federais (as famosas "salvações" do quatriênio Hermes da Fonseca, por exemplo), ou nas pacificações realizadas em momentos de crise aguda (o acordo de Pedras Altas realizado por Artur Bernardes no Rio Grande do Sul, em 1923, pondo fim à luta entre libertadores e republicanos).

Dentro deste contexto, não se formaram partidos representativos de correntes nacionais de opinião. As raras experiências de agrupamentos formalmente nacional (o Partido Republicano Federal de Francisco Glicério, o Partido Republicano Conservador de Pinheiro Machado) são transitórias e se vincularam, na realidade, a disputas de facções, sem qualquer expressão programática. A vida política estava abafada entre as paredes dos partidos republicanos estaduais e estas organizações, onde ganhavam destaque as figuras dos presidentes de Estado e da República, e que eram as principais responsáveis pelos arranjos de que saíam os candidatos aos postos eletivos.

A democracia política tinha um conteúdo apenas formal: a soberania popular significava a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de representação de correntes democratizantes era anulada pelo voto descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito e o chamado terceiro escrutínio, pelo qual os deputados e senadores cujos mandatos fossem contestados submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da Respectiva Casa do Congresso (5).

Progressivamente, São Paulo e Minas apropriam-se do poder central, utilizando-se deste mecanismo e comandam, assim, a vida política do país.

Em síntese, a organização social da Primeira República é marcada pela predominância do setor agrário-exportador, pela inexistência de uma luta nítida de facções no interior da burguesia entre o setor agrário e o industrial, pela fraca integração nacional; com predominância do eixo São Paulo-Minas, pelo caráter secundário das oposições de classe, pois mesmo os

(5) Nas eleições de 1930, na Paraíba, embora Getúlio Vargas vencesse as eleições presidenciais por 20 095 votos contra 10 579 conferidos a Júlio Prestes, a Aliança Liberal não conseguiu eleger um só deputado federal.

grandes conflitos operários, como a greve geral de 1917, não chegaram a abalar os fundamentos do poder.

Do ponto de vista ideológico, os interesses dos vários setores burgueses não se definem diretamente segundo os critérios econômicos (não há o pensamento do grupo industrialista, os porta-vozes da pecuária etc.), mas tomam a forma de disputas regionais, pela conquista do poder central. Os grupos falam em nome dos sagrados interesses de São Paulo, da "vez de Minas", ou do Rio Grande do Sul, sem se aglutinar em torno de um programa. Além disto, dada a circunstância de que as instituições políticas não se apresentam como um "instrumento neutro", aberto às várias facções, e sim como um instrumento de perpetuação dos elementos que controlam o poder, o tema da reforma política toma o primeiro plano.

A Aliança Liberal reflete estas características do sistema social existente.

Ela nasce de um acordo entre Estados cujos interesses não estão vinculados ao café, mas a forma regional das reivindicações não é destituída de significado. Pelo contrário, a regionalização se expressa nas condições políticas em que se dá a cisão da classe dominante, no fim da década de 20. O primeiro Estado a opor-se à indicação de outro candidato paulista à presidência da República é exatamente aquele que, dentro do jogo tradicional da rotatividade São Paulo-Minas, estava em condições de reclamar. O grupo gaúcho mantinha-se em sua posição de contendor de segundo plano, mais ou menos satisfeito com as atenções que lhe vinha dedicando o governo federal (caso do charque, da renovação de contrato de arrendamento da Viação Férrea etc.).

Só quando os entendimentos políticos abriram a possibilidade de Getúlio Vargas chegar à presidência da República é que o Rio Grande do Sul surge como força oposicionista e, significativamente, as velhas rivalidades entre libertadores e republicanos se apagam, em nome dos interesses de toda a região.

Frente de oposições estaduais, a Aliança não é um partido político; não exprime interesses industriais [6] mas as reivindicações de vários grupos desvinculados da economia cafeeira; assume timidamente estas reivindicações econômicas [7] e faz da

(6) O Centro Industrial de São Paulo, por exemplo, apoiou a candidatura Júlio Prestes.

(7) A plataforma da Aliança ataca a valorização do café, mas defende a política financeira de Washington Luís.

reforma política o centro de seu programa; não é, enfim, um agrupamento revolucionário e sim um instrumento de pressão.

A grande arma e denominador comum da Aliança é a defesa da representação popular, através do voto secreto e da designação de magistrados para a presidência das mesas eleitorais. As reivindicações econômicas cogitam tanto da industrialização — sem que isso implique em adotar uma ideologia industrializante (há mesmo referências à velha distinção entre indústrias naturais e artificiais) — como da necessidade de se atender aos grupos cujas atividades não estão relacionadas com o café mesmo quando voltadas para o mercado externo. É o caso dos produtos da pecuária (lãs, couros, carne congelada), para os quais o programa da Aliança prevê a urgência de ampliar a participação no mercado internacional [8].

No plano partidário, o Partido Democrático de São Paulo, que se constituiu em 1926 e se inseriu na Aliança, não perturba as conclusões desta análise, pois não foi a expressão de um grupo industrial, mas de um setor da burguesia cafeeira e de grupos financeiros de São Paulo (Joaquim Sampaio Vidal, Quartim Barbosa, Henrique Sousa Queirós), aliados a profissionais liberais da alta classe média (Reynaldo Porchat, Marrey Júnior, Waldemar Ferreira), cujos horizontes não iam além dos contornos agrários. É significativo lembrar que o nascimento do Partido Democrático se liga a uma disputa em torno de postos no Instituto do Café e que o próprio Conselheiro Antônio Prado, figura de destaque do partido, embora adversário da política de valorização, tinha interesses na área do café.

Como agrupamento que não refletia oposições de classe e nem mesmo uma disputa "pura" de setores no interior da classe dominante, a Aliança Liberal estava marcada pela acomodação. Lembre-se que ela se formou através de um acordo entre governos estaduais (Minas, Rio Grande, Paraíba), ou seja entre oligarquias que controlavam o poder regional.

A candidatura de Getúlio Vargas nasceu como arma moderada de pressão. A 29 de julho de 1929, Vargas enviou uma carta a Washington Luís em que, a certa altura dizia: "Não aceitei a indicação do meu nome pelo Estado de Minas como candidato de combate, que não desejo, que nenhum brasileiro poderá desejar, sobretudo nesta hora, quando tudo recomenda

(8) Getúlio Vargas — *A Nova Política do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1938, v. 1, pág. 63.

uma política de completo apaziguamento, da qual dependerá em última análise, o próprio êxito da propaganda governamental de V. Excia." ([9]). Toda a campanha eleitoral pressupunha os compromissos, dentre os quais um dos mais expressivos como tendência, ainda que não cumprido, foi o acordo entre o político gaúcho Paim Filho, em nome de Vargas, e Washington Luís, à revelia de Minas e da Paraíba ([10]).

Na plataforma da Aliança, lida pelo candidato, em janeiro de 1930, na Esplanada do Castelo, dizia-se que "a Aliança Liberal é, com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido, insistentemente, não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como, também, pelo espírito do momento universal" ([11]). No mesmo mês, assim se expressava Gama Cerqueira, falando no sexto Congresso do Partido Democrático: "assim como realizamos, sem dilacerações sociais, sem lutas fratricidas, sem derramamento de sangue, as mais importantes reformas sociais, como a abolição da escravatura e a proclamação do regime republicano, assim a evolução

(9) Affonso Henriques — *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, Distr. Record, 1966, 1.º vol. ("Vargas, o maquiavélico"), pág. 77.

(10) "1.º) O candidato Getúlio Vargas não sairá do seu Estado para fazer propaganda, nem para ler sua plataforma; 2.º) se for vencido, na eleição, conformar-se-á com o resultado das urnas, dando por terminado o dissídio e passando a apoiar o governo constituído; 3.º) o presidente da República e o candidato Júlio Prestes comprometem-se: a) a não apoiar elementos divergentes da situação do Rio Grande, a não lhes fornecer quaisquer recursos e não fazer demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao Partido Republicano Riograndense; b) a reconhecer na apuração das eleições de representantes ao Congresso Federal os candidatos diplomados; c) passada a eleição, as relações entre o governo da República e o do Rio Grande do Sul serão restabelecidas nos mesmos termos anteriores à divergência sobre a sucessão presidencial; d) esse compromisso será mantido pelo Dr. Júlio Prestes, quando empossado no governo da República; e) se for eleito o presidente do Rio Grande do Sul, o atual presidente da República não combaterá o seu reconhecimento e o Dr. Getúlio Vargas assumirá para com São Paulo compromisso idêntico ao proposto aos Srs. Washington, Luís e Júlio Prestes, em relação ao Rio Grande". Cf. João Neves da Fontoura — *Memórias*, Ed. Globo, 1963, 2.º vol. ("A Aliança Liberal e a Revolução de 1930"), págs. 234-235.

(11) Getúlio Vargas, *op. cit.*, pág. 53.

para a verdadeira implantação da República nos moldes liberais e democráticos da nossa Constituição está seguindo o mesmo caminho"([12]).

Os dirigentes políticos da oposição saem, em grande maioria, da ilharga do regime — o próprio Getúlio fora ministro da Fazenda de Washington Luís — e quase todos condenaram os levantes tenentistas da década de 20. Bernardes, no poder, reprimiu a revolução de 1924 em São Paulo e recolheu os aplausos gerais da Câmara dos Deputados, onde se encontravam Getúlio, Antônio Carlos, com a única exceção do deputado Adolfo Bergamini.

O sistema político imperante, condenado verbalmente pela Aliança, foi utilizado também por ela, na prática. A "máquina", nas eleições de 1930, fraudou votos em todos os Estados: as cifras atribuídas a Júlio Prestes não expressam a realidade, mas como explicar a vitória de Getúlio, no Rio Grande, por 298.627 votos contra 982?

Isto não quer dizer que não houvesse na Aliança uma tendência mais radical, representada por homens como Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, dispostos a optar por uma revolução, caso fosse impossível a vitória nas urnas. Entretanto, as mais respeitáveis figuras dos Estados "aliancistas", os Artur Bernardes, Antônio Carlos, Borges de Medeiros, Epitácio Pessoa e inclusive Getúlio, não colocavam a hipótese de revolução em seus planos. Falsa ou verdadeira, a frase atribuída a João Pessoa é característica desta perspectiva: "Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução"([13]).

Ao lançar-se na disputa eleitoral, a oposição foi levada a dirigir-se aos maiores centros urbanos, procurando sensibilizar especialmente os setores médios da população. Este mecanismo era tradicional na política brasileira, toda vez que se abria uma cisão na classe dominante (candidaturas de Rui Barbosa, a "Reação Republicana" de Nilo Peçanha), pois uma "campanha de massas", tendo em vista a dispersão e o atraso no campo, só poderia ser realizada nas grandes cidades.

A própria fluidez de limites e a heterogeneidade intrínseca às classes médias urbanas (geralmente se inclui nesta cate-

(12) Cf. Hélio Silva — *1930, A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., 1966, pág. 36.

(13) Cf. Barbosa Lima Sobrinho — *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, Rio de Janeiro, Ed. Unitas, 1933, pág. 140.

goria profissionais liberais, funcionários públicos, empregados no comércio, pequenos comerciantes e industriais) dificultam a análise de um comportamento social que lhes possa ser atribuído. A cada instante, surgem problemas, pela impossibilidade de se reduzir a uma mesma expressão os vários setores no interior do agrupamento (como, por exemplo, falar de identidade de interesses entre pequenos comerciantes e funcionários?), pela freqüente confusão entre o que é essencial e o que é acessório para estabelecer a extração social dos agentes históricos de classe média (o verdadeiro profissional liberal não se confunde com o fazendeiro ou industrial que é acidentalmente bacharel).

Tais problemas conduzem a duas tendências igualmente falsas, embora situadas em pólos opostos: uma, tende a negar a importância ou mesmo a existência da categoria social; outra, procura atribuir-lhe, esquematicamente, todas as manifestações de inconformismo da Primeira República, como a revolta contra a vacina obrigatória, o tenentismo etc.

Na realidade, tendo presente a ambigüidade sociológica na definição das classes médias, é possível constatar, pela sua intervenção na campanha eleitoral, que elas constituem a base popular da Aliança, responsável, em grande parte, pelas entusiásticas manifestações a favor de Getúlio, quando o candidato visitou o Rio de Janeiro ([14]) e São Paulo ([15]).

(14) "A Praça Mauá dava literalmente a impressão de um mar de povo. Formou-se com dificuldade o cortejo. No primeiro automóvel, de capota arriada, Vargas e João Pessoa. No imediato segui com as Sras. Getúlio Vargas e João Pessoa.

O grande problema foi podermos desembocar na Avenida Rio Branco, que ali começa. A multidão delirante não permitia que os motores funcionassem; empurrava os veículos que mal conseguiam abrir caminho. As aclamações, de tão uníssonas, pareciam rebentar de um único peito estentórico. Das janelas dos prédios, as palmas de homens e mulheres não diminuíram ao longo de todo o percurso". Cf. João Neves da Fontoura, *op. cit.*, pág. 265.

(15) "Assim que, por volta das 20 horas, despontou o cortejo na Várzea do Carmo, tive um arrepio. Não era possível o que via! Caminhava não um cortejo, mas imensa multidão. Que sucederia quando aquela gente toda se encontrasse com a que estava em cima da ladeira?

Santo Deus! Não sei como passei os minutos que medearam o instante em que divisei a coluna popular em marcha e o do seu encontro com o público da cidade.

Hoje, posso dizer com toda a segurança que nenhum dos cidadãos que assistiram àquele espetáculo poderá tê-lo esquecido. No amplexo

Ao fazer a crítica política do sistema, a Aliança sensibilizou uma categoria a um tempo inconformada e limitada em seus objetivos. A tendência à elevação de preços que surge nos anos 20, interrompida momentaneamente em 1921, como conseqüência da repercussão da crise internacional de 1920 na economia brasileira, e nos anos de 1926-1927 ([16]), atingiu sobretudo os assalariados. Mas seria falso reduzir a insatisfação simplesmente ao "econômico". Na verdade, sem pretender impor uma representação política própria, as classes médias urbanas se sentem marginalizadas da vida política, pela fraude eleitoral, que impede o acesso ao poder dos candidatos em oposição ao núcleo dominante.

A limitação de objetivos (luta pela "verdade eleitoral") reside na própria afirmação dos extratos médios. Como observou Francisco Weffort, "as classes médias tradicionais brasileiras, como parece ocorrer na maioria dos países latino-americanos, não possuíam condições sociais e econômicas que lhes permitissem uma ação política *autônoma* em face dos interesses vinculados à grande propriedade agrária. Diferentemente da velha classe média americana, não tinham embasamento social e econômico na pequena propriedade independente, mas em atividades subsidiárias (Estado e serviços) da estrutura social de grande propriedade. Estes setores nunca conseguiram, por força de sua situação de dependência neste contexto em que a grande propriedade é o padrão social e econômico dominante,

daquela multidão em meio de frenesi coletivo, alguém bradou: "Nós que-re-mos Ge-tú-lio!" A multidão, como nunca São Paulo vira igual, repetia: "Nós queremos, nós queremos Getúlio!"

Daí por diante tudo foi de roldão: as providências policiais e o programa da Comissão de Recepção, tudo, tudo! Falaram com extrema dificuldade os oradores escalados. A não ser aqui ou ali, os acordes do Hino Nacional, nada mais se ouvia nem se ouviu a não ser: "Nós queremos Getúlio, nós queremos Getúlio!"

Quatro longas horas levaram os manifestantes populares e os candidatos da Aliança para chegar à Praça da República, de onde me incumbia trazer, para minha residência, João Pessoa e sua comitiva. A duras, a duríssimas penas, consegui arrebatá-lo dos braços do povo". Cf. Paulo Nogueira Filho — *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1965, 2.º vol., págs. 405-406.

(16) Em média, o período 1920-1925 apresentou uma elevação percentual de 101,6% sobre a média do qüinqüênio anterior. Cf. Dorival Teixeira Vieira, *ob. cit.*, pág. 257.

definir uma atividade política plenamente radical. Nunca conseguiram, por um lado, formular uma ideologia adequada à situação brasileira, isto é, uma visão ou um programa para o conjunto da sociedade brasileira; adotaram os princípios da democracia liberal que, nas linhas gerais, constituem os horizontes ideológicos dos setores agrários"([17]).

Por outro lado, até que ponto é possível caracterizar o movimento tenentista, responsável pelas revoluções da década de 20 e pelo episódio da Coluna Prestes, como movimento de classe média, versão aceita por vários sociólogos e historiadores (Werneck Sodré, Octavio Ianni, Francisco Weffort)?

Esta interpretação vem sendo combatida recentemente tendo em vista o fato de que a maioria dos "tenentes" (Juarez Távora, Siqueira Campos, Ricardo Hall, Felinto Muller) não provinha dos extratos médios da população, embora isto ocorresse com alguns deles (o pai de João Alberto e a mãe de Prestes eram professores primários). A nosso ver, tal circunstância não elimina a versão corrente que necessita, entretanto, de certas qualificações. O simples fato de que a maioria dos "tenentes" não provenha de um meio social correspondente à categoria que eventualmente viriam a representar não elimina a possibilidade destes elementos terem assumido, em toda sua extensão, uma ideologia de classe média e se terem comportado como expressão política desta.

É preciso matizar a análise com a simples constatação, muitas vezes esquecida, de que os "tenentes" são *tenentes*, isto é, membros do Exército e que esta vinculação não é indiferente ao se fazer uma caracterização ideológica. Seu programa liberal dos anos 20 está permeado de valores de salvação nacional, do papel do Exército como guardião das instituições republicanas ([18]). Os valores específicos e as possibilidades específicas

(17) Cf. Francisco Weffort — "Estado e massas no Brasil", in *Revista Civilização Brasileira,* ano 1, n.º 7, maio 1966, pág. 140.

(18) "Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo imenso território brasileiro, em pontos onde muitas vezes não chega sequer sombra de civilização, onde não bafeja o sentimento, a idéia de Pátria? Esse povo, só só por si, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo — o Exército Brasileiro — composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever — de "defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior! — esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz.

É pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-lo ao Altar-Mor da Pátria que se tornará assim mais forte e mais respeitada". Cf. J. Nunes de Carvalho — *A Revolução no Brasil,* Buenos Aires, 1925, pág. 24.

de ação — o recurso à violência — dão ao tenentismo uma feição peculiar, não redutível imediatamente a qualquer categoria da sociedade.

Não obstante, o programa que o movimento adota no período anterior à Revolução de 30 (voto secreto, reforma administrativa, independência do Judiciário, reforma do ensino) pode ser identificado com as aspirações concretas das classes médias urbanas, muito embora o tenentismo não tenha sido um movimento que se propusesse organizá-las. A própria biografia dos jovens rebeldes talvez não contradiga esta afirmação, na medida em que as aspirações reformistas da classe média e de velhos grupos oligárquicos em declínio podem vir a coincidir.

Por seus componentes próprios, pelo radicalismo na ação, pela ambigüidade do único setor que lhes poderia emprestar efetivo apoio, os "tenentes" ficaram isolados em todas as insurreições. Sem dúvida, desde 1927, havia contatos entre eles e a oposição (em especial, as sondagens feitas pelo Partido Democrático e pelo Partido Libertador do Rio Grande a Prestes e Miguel Costa), mas o tenentismo desempenhava o papel de uma carta de reserva, não isenta de perigos, utilizável somente em uma situação extrema.

E, no entanto, após as eleições de março de 1930, os grupos de oposição se unificaram, os velhos oligarcas acabaram aceitando a aliança com os "tenentes" e a via revolucionária se impôs.

Simples reflexo de uma derrota nas urnas que revelava a impossibilidade de alcançar legalmente o poder? A derrota da Aliança explica apenas em parte o rumo dos acontecimentos, de março a outubro de 1930. Não era a primeira vez que um núcleo de oposição tentara a sorte e ensarilhara as armas, compondo-se com os adversários da véspera. As vias de composição estavam sempre abertas, dadas as características das lutas de facção e os velhos nomes da Aliança Liberal se dispuseram a isto. Borges de Medeiros concedeu uma célebre entrevista

ao jornal "A Noite" do Rio de Janeiro, a 19 de março (16 dias após as eleições), em que, ao indagar-lhe o repórter se reconhecia a vitória de Júlio Prestes, respondeu: "Perfeitamente. Devemos todos reconhecê-la. E, felizmente, essa vitória parece bem grande, por diferença tão sensível de votos entre os dois candidatos, que não pode restar, para quantos estejam de boa fé, mais dúvidas a respeito. Felizmente, sim, porque se a diferença fosse pequena, sempre haveria quem duvidasse e surgiriam, aqui e ali, discussões, sofismas..." ([19]). As vacilações de Antônio Carlos e Getúlio provocaram a renúncia de Osvaldo Aranha, da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul, em junho de 1930. O desabafo de Aranha, em telegrama enviado a Virgílio de Melo Franco é significativo: "Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção de chefe tão fraco que desanima os próprios soldados" ([20]).

Mas, o trabalho dos "tenentes civis" (José Américo, Virgílio, Aranha) frutificou, as arestas se aplainaram, o assassínio de João Pessoa teve uma grande repercussão emocional e às 17,30 do dia 3 de outubro estoura a revolução, no Rio Grande do Sul e em Minas.

A rápida aglutinação, obtida em poucos meses, não pode ser explicada, se afastarmos da interpretação dos fatos um dado que transcende o quadro nacional: a crise de 1929. Independentemente do fato de que a crise só tenha repercutido no Brasil, com toda sua intensidade, em 1931 (mesmo assim, o preço médio do café no exterior cai de 4.71 libras em 1929 para 2.69 em 1930; a produção, em 1929, atinge 28 941 000 sacas e a exportação 14 281 000, sem se falar nos estoques acumulados), independentemente do fato de que a oposição não tenha plena consciência de seu alcance e não a utilize a fundo, ela golpeia o governo, ao produzir o desencontro entre o Estado, como representante político da burguesia cafeeira, e os interesses imediatos da classe.

O problema do excesso de produção se recoloca, o esquema valorizador cai por terra, dada a impossibilidade de contar com novos empréstimos externos. As duas reivindicações da lavoura, emissões para o financiamento e moratória são recusadas por Washington. Em dezembro de 1929, os cafeicultores paulistas

(19) Cf. Hélio Silva — *1930, A Revolução Traída,* Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., 1966, pág. 36.
(20) Cf. Virgílio de Melo Franco — *Outubro, 1930,* 2.ª ed., Schmidt, ed., 1931, pág. 260.

reúnem-se em congresso, reclamando providências. O clima das reuniões reflete a tensão existente: um orador, ao ensaiar a defesa de Júlio Prestes, foi quase corrido da sala, entre apartes exaltados e protestos.

O encontro não significa uma passagem do velho grupo cafeeiro para as oposições. A "entrega do Catete aos gaúchos" não era uma saída viável, por maiores que fossem as queixas. A "máquina" funcionou nas eleições, dando a vitória a Júlio Prestes em São Paulo, mas o governo deixou de contar com sua verdadeira base de apoio, na hipótese de um choque aberto com a oposição. Os elementos radicais desta sentiram a possibilidade de êxito diante da vulnerabilidade do poder central e conseguiram realizar uma frente única embora precária, aproximando os velhos políticos e os "tenentes", hesitantes em se compor com seus adversários ([21]).

Na exame do episódio militar, podemos perceber a fraqueza do governo: a 5 de outubro, todo o Rio Grande do Sul já estava nas mãos dos revolucionários; em Belo Horizonte, afora a resistência do 12.º R.I., que durou cinco dias, o domínio da cidade foi rápido; apesar de um equívoco de Juarez Távora quanto à hora de início do movimento, os choques não duraram, em Pernambuco, mais do que três dias. É verdade que em São Paulo se localizou o único centro sério de enfrentamento à revolução, porém ele se desfez, sem qualquer resistência, após os primeiros combates em Itararé, quando chegou a notícia de que o presidente da República havia sido deposto no Rio de Janeiro (24 de outubro), por um grupo de altas patentes militares (Tasso Fragoso, Malan D'Angrogne, Leite de Castro, Bertoldo Klinger etc.). Conformismo bem expressivo, se lembrarmos que dois anos depois, sob outras condições, o Estado encontrou forças para se rebelar em bloco contra o governo federal.

(21) Vejam-se as referências de João Alberto às críticas de Prestes: "Havia algo de verdade no que ele dizia. Estávamos de mãos dadas com os nossos adversários da véspera, os inimigos da Coluna, e não podíamos esperar deles muita coisa. O próprio Dr. Artur Bernardes, contra quem havíamos lutado durante anos, proclamava-se, agora, revolucionário ardoroso em Minas Gerais. Evidentemente, aquela não era a "nossa revolução" mas que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e acreditar em políticos como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Luzardo, João Neves, para só falar nos do Rio Grande do Sul. com quem eu entrara em contato mais estreito". Cf. João Alberto Lins e Barros — *Memórias de um Revolucionário,* Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., 1953, págs. 219-220.

Quando Vargas chega a São Paulo, vindo do Sul, não desembarca em uma cidadela inimiga: "ocorreu em 29 de outubro de 1930, pela tardinha, na nova Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, a chegada do beneficiário do golpe dos generais. Na realidade, seria difícil descrever com exatidão histórica o entusiasmo do povo. Chegou-se a temer fosse a sua pessoa vítima dos agrados frenéticos da massa que entupia as plataformas e salões quando ele tentou apear do vagão. Pequenino, de pernas curtas, de apelido "Petiço", chegou a voltar para o carro, pálido e trêmulo. Surgiu de repente uma idéia, logo posta em execução: dois vigorosos guardas-civis, dirigidos por Tarbouse Quintela, suspenderam no ar o pequeno fardo humano até o automóvel do Estado, à porta da Sorocabana, por entre a multidão desvairada"([22]).

Não se pode deduzir de uma manifestação mais do que ela significa: o apoio de uma parcela da população ao novo governo. Porém, o Congresso dos Lavradores, a forma como se desenrola e termina o episódio militar, a frieza com que é recebida a convocação de reservistas, permitem compor um quadro de insatisfação popular e de pelo menos neutralização de boa parte do setor cafeeiro, trabalhado pela crise.

A depressão internacional é um dos elementos explicativos da revolução de 1930, mas não é possível reduzir esta a uma espécie de conspiração externa, que movimenta os cordéis dos personagens, como transparece, por exemplo, na análise de Leôncio Basbaum, onde a velha oligarquia expressa os interesses estabelecidos do capital inglês, e os revolucionários, o capitalismo americano em ascenso ([23]).

Sem dúvida, a política de valorização importava em estreitas ligações entre a burguesia cafeeira paulista, banqueiros e os meios financeiros de Londres (não é por acaso que Júlio Prestes foi abrigar-se na casa do cônsul da Inglaterra em São Paulo). Sem dúvida, José Maria Whitacker (do Banco Comercial; após a revolução secretário da Fazenda do Estado e posteriormente ministro da Fazenda), Numa de Oliveira (do Banco Comércio e Indústria; secretário da Fazenda na interventoria Laudo de Camargo), tinham ligações com os credores estrangeiros, como se apontou na época. Todas estas relações, aliás, não são claramente conhecidas e dependem de uma cuidadosa pesquisa.

(22) Artigo publicado por Aureliano Leite em "O Estado de São Paulo", 9-7-54. Citado por Affonso Henriques, *ob. cit.*, pág. 127.

(23) Leôncio Basbaum — *História Sincera da República (de 1889 a 1930)*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1958, págs. 328 e segs.

Entretanto, o movimento de 1930 tem uma dinâmica interna própria que escapa a esta simplificação. Dependência externa, crise de 1929, disputa de grupos internacionais pelo controle da América Latina são elementos que, ao mesmo tempo, modelam o país e, quando aqui se refletem, são modelados pelas características específicas da sociedade brasileira.

É curioso observar que o govêrno americano entrou em cena tardiamente, em caráter oficial. Uma decisão do Departamento de Estado (22 de outubro de 1930) proibiu a venda de armas e munições às forças rebeldes, provocando protestos na imprensa americana. O Secretário de Estado Henry Stimson viu-se forçado a justificar sua ação. Esta atitude parece revelar má informação por parte dos representantes consulares pois, naquela data, o curso dos acontecimentos já era francamente favorável aos revolucionários ([24]).

Um dado oculto na revolução é o papel desempenhado pela classe operária que aparece mais como um problema do que propriamente como personagem. É possível que a definição dos diferentes setores burgueses, na década de 20, se tenham feito levando em conta o proletariado, sobretudo a partir de 1929, quando a crise gera uma série de greves nos grandes centros, tendo por objetivo a luta contra o desemprego e a defesa dos níveis de salário. O inconformismo das classes médias não é estranho a esta presença, embora obedeça a motivos específicos e a Aliança se define, em parte, pela maior atenção dedicada aos problemas sociais, ao defender a aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, com fundamento nos compromissos assumidos pelo Brasil na qualidade de signatário do Tratado de Versalhes e membro do Bureau Internacional do Trabalho. Lembremos ainda, que a existência do Partido Comunista, fundado em 1922, abre a possibilidade de uma nova opção no seio dos movimentos revolucionários existentes, como acontece no caso da mais importante ruptura no interior do tenentismo, quando Prestes se nega a apoiar a Revolução de

(24) Cf. Jordan Young — "Military Aspect of the 1930 Brazilian Revolution", in *Hispanic American Historical Review*, v. 44, n.° 2, maio de 1964., págs. 193-194.

1930 e proclama sua adesão ao socialismo, embora não imediatamente ao P.C.B., o que se verificaria em 1934.

Certamente, o proletariado não interveio na revolução como *classe,* tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta de indivíduos que não só exercem papel semelhante no processo produtivo, mas têm objetivos definidos de ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenham neste processo e na sociedade. Sua reduzida vanguarda manteve-se alheia ao movimento e criticou-o em bloco, formulando a única análise, na época, onde há uma crítica coerente à estrutura econômica e social do país.

Entretanto, há indicações de que a massa operária simpatizava com os revolucionários, como se verifica por algumas manifestações — por exemplo, a adesão de operários do Brás ao cortejo de Getúlio, quando o candidato visita São Paulo ([25]) — e, pelo menos no Recife é possível apontar uma participação limitada nos acontecimentos. Esta aproximação tem, a nosso ver, importância maior do que geralmente se atribui e, se melhor comprovada, poderá iluminar muita coisa a respeito da evolução das relações entre a massa operária e o novo governo.

Se a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do governo Washington, resulta basicamente da aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista. Os componentes sócio-econômicos desta aliança, entretanto, refletem-se difusamente na vida política, em razão do atraso político do país, pois não há partidos no nível mais amplo, nem associações de classe no nível profissional, que possam exprimir as diferentes aspirações. Isto transparece nas disputas miúdas, carregadas de irracionalidade, no programa anódino da Aliança. Como disse Virgínio Santa Rosa, "a Aliança Liberal apresentava-se como um remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças. O pobre, o milionário, o operário, o funcionário, o comunista, a feminista, todos podiam confiar na serenidade de ação do candidato por ela indicado" ([26]).

Os rumos da revolução se definem em função das contradições que surgem logo após o movimento e estão condicionados pelas respostas possíveis à crise internacional. As dificuldades do setor cafeeiro resultaram em um afastamento parcial de capitais formados nesta área, em direção a outros setores agrícolas (em particular, o algodão) e à produção industrial. Esta beneficiou-se da desvalorização cambial, das dificuldades de importação, utilizando-se da capacidade ociosa das unidades produtivas já instaladas, especialmente do setor têxtil ([27]).

Mas era impossível deixar de atender aos problemas da economia cafeeira. A nova política de defesa, consistente na queima de parte da produção (as chamadas quotas de sacrifício), com toda sua irracionalidade, impediu a queda brusca da renda do setor. Deslocada do poder, a burguesia cafeeira continuou a ter um papel fundamental na economia do país e o que se verifica nos anos anteriores a 1930 não é, mais uma vez, um choque inconciliável entre a facção agrária e a industrial, porém uma composição de equilíbrio entre as várias tendências burguesas, passando pela prova de força da revolução de 1932.

Nos anos 30, concretizou-se a nova divisão de ganhos no interior da classe dominante, com o maior atendimento dos vários setores desvinculados do café, que as circunstâncias impediram fosse feita pela via pacífica. Esta acomodação pelo caminho das armas não foi um simples arranjo, sem maiores conseqüências na fisionomia social do país. Ela só se tornou possível com a liquidação das tentativas de expressão política heterodoxa, de conteúdos diversos — tenentismo, integralismo, Aliança Nacional Libertadora ([28]) — com a nova configuração que toma o Estado e com o estabelecimento de outro tipo de relações entre este e a classe operária.

O período que medeia entre 1930-1934 se caracteriza pelas disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procura manter uma posição de aparente equi-

(25) Paulo Nogueira Filho, *ob. cit.,* pág. 407.

(26) Cf. Virgínio Santa Rosa — *Que foi o tenentismo,* 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., 1963, pág. 47. O título original da obra, constante da primeira edição, é *O sentido do Tenentismo.*

(27) Este ramo fora afetado pela situação cambial, em alguns anos, entre 1920-1930, e a produção de tecidos de algodão, em 1929, foi inferior aos pontos mais altos alcançados durante a Primeira Guerra. Na recuperação posterior a 1930, a produção passou de 448 milhões de metros a 639 milhões em 1933 e 915 milhões em 1936. De um modo geral, a produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofreu durante a depressão uma queda de 10%, e já em 1933 recuperava o nível de 1929. Cf. Celso Furtado, *ob. cit.,* pág. 230.

(28) Limitamo-nos à análise do tenentismo. Os demais movimentos podem ser melhor compreendidos quando relacionados com o Estado Novo.

líbrio, acima dos grupos em luta. Logo após a revolução, os "tenentes" tomam a ofensiva: Juarez Távora, vice-rei do Norte, na expressão pitoresca dos defensores da República Velha, controla a situação do Espírito Santo para cima, nomeando os interventores; João Alberto, em fins de novembro de 1930, torna-se interventor federal em São Paulo, apesar da oposição do Partido Democrático; em fevereiro de 1931, funda-se o "Clube 3 de Outubro", que se transformaria no centro mais expressivo de aglutinação dos "tenentes", de âmbito nacional.

Embora as reivindicações tenentistas não rompessem os limites impostos pelo sistema, passaram a apresentar, a partir de 1930, um conteúdo mais radical, ao propor a nacionalização dos bancos estrangeiros, das minas e quedas de água, o combate gradativo ao latifúndio, reformas na área trabalhista, como a instituição do salário mínimo, proteção da mulher e do menor, limitação da jornada de trabalho. Além disto, as vicissitudes por que passaram os "tenentes" nos anos 20, o triumfo do fascismo na Itália, levaram-nos ao abandono do dogma "representação e justiça", como via para a resolução de todos os problemas nacionais. Pelo contrário, percebendo que a imediata realização de eleições só poderia conduzir à sua derrota, defenderam o prolongamento da ditadura estabelecida em 1930, até a consolidação das reformas preconizadas.

A resposta à ofensiva até certo ponto radical dos "tenentes", ameaçando afastar do poder os quadros políticos tradicionais, concretiza-se nas campanhas a favor da reconstitucionalização do país e na unificação das facções locais, sob forma partidária ou de frentes-únicas, em Minas (Partido Social Nacionalista) e no Rio Grande do Sul (aliança entre o Partido Libertador e o Partido Republicano).

Em São Paulo, a repulsa ao tenentismo inseriu-se em um contexto mais amplo, pois o móvel básico da disputa se localiza na marginalização do conjunto da burguesia paulista, por parte do poder central, expressa, entre outros episódios de luta, na campanha em favor de um interventor civil e paulista. Esta marginalização ocorre desde os primeiros dias que se seguem à revolução, quando a única equipe com possibilidades de substituir o velho P.R.P. — o Partido Democrático — começa a ser posta de lado. A pretensão dos democráticos no sentido de que seja nomeado interventor federal um de seus líderes (Francisco Morato) é cortada por Getúlio, com a escolha, primeiro como delegado militar e depois como interventor, de um homem

que além de estranho aos quadros da burguesia paulista era um tenente: João Alberto. Mesmo quando este se demitia (13 de julho de 1931), o poder não passa para as mãos do P.D., pois os interventores que se sucedem não conseguem fugir à pressão tenentista (Laudo de Camargo), ou estão sob sua influência (Manuel Rabelo).

O progressivo alijamento da política paulista também no plano federal — Paulo Moraes Barros que acumulava as Pastas da Agricultura e da Viação não consegue firmar-se na constituição do Governo Provisório; Whitacker demite-se do Ministério da Fazenda — dá um caráter explosivo às disputas com o poder central que, nas outras áreas do país, não tiveram a mesma profundidade.

Ao optar pela luta armada, São Paulo fica só, afora algumas adesões isoladas (Klinger, João Neves da Fontoura), após a derrota da rebelião gaúcha em que estava envolvido Borges de Medeiros e da tentativa abortada de revolução em Minas, com o comprometimento de Bernardes, caminhando para uma derrota inevitável. O episódio de 1932 não é apenas "o canto do cisne da aristocracia do café", como tradicionalmente se tem dito. Ele representa a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a "aristocracia do café", como todo o grupo industrial mais importante do país que, sem discrepâncias, realizou um considerável esforço para armar o Estado rebelde.

O avanço tenentista não se consolidou, embora a derrota da revolução de 1932 viesse aparentemente favorecê-lo. Depois da fase de ofensiva, o movimento entra em recuo, atomizado pela ação do governo Vargas, que consegue limitá-lo à medida de seus interesses, sem "espaço político" na nova divisão do poder que a classe dominante vai, pouco a pouco, realizando. O esmagamento pelas armas da revolução de 1932 não produziu a liquidação do grupo cafeeiro. Pelo contrário, obrigou o governo a ouvir "os interesses de São Paulo", capazes de se expressar de maneira tão perigosa e, entre estes interesses estavam os do setor cafeeiro. A partir de 1933, Vargas adota várias medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, como por exemplo a redução de suas dívidas bancárias.

O impasse do tenentismo não reside tanto nas limitações programáticas, na incapacidade de formular uma perspectiva autônoma, em substituição ao programa da classe dominante. Sua contradição básica resulta do fato de que era um movimento destituído de coesão interna, sem possibilidades de alcançar o poder impondo-se, de cima, ao conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que não tinha condições para obter o efetivo apoio de qualquer categoria social.

Não há uma ação tenentista coerente, um pensamento tenentista estruturado; todas as tentativas de fundar um partido, das mais sérias às mais ridículas ("Clube 5 de Julho", de Filipe Moreira Lima; "Partido Agrário", de João Alberto e Góes Monteiro, o próprio "Clube 3 de Outubro"), fracassam (29).

O desligamento entre o movimento e os grupos sociais em que poderia se apoiar agrava-se após 1930. Embora seu programa pós-revolucionário possa ser definido em abstrato como "programa de classe média", na realidade esta aproximação se torna agora problemática, na medida em que não há indícios de que o "novo tenentismo" (talvez excetuando-se o caso de Miguel Costa) tenha sido sustentado por uma parcela ponderável da classe média urbana.

Realmente, nunca houve, desde os primeiros movimentos dos anos 20, vínculos organizatórios entre este setor e os "tenentes". Na revolução de 1924, em São Paulo, por exemplo passaram-se vários dias até que a população civil viesse a conhecer os objetivos da revolta. Julgava-se ocorrer um motim de soldados de cavalaria, auxiliados por praças do Exército, devido à prorrogação do contrato com a missão militar francesa (30). Mas, a simpatia popular pelas ações tenentistas era flagrante, como observou, não sem despeito, um defensor da República Velha, ao se referir ao estado de espírito do paulista, na fase da crise do café: "a humilde e ignara verdureira do bairro findava suas queixas sobre o estado dos negócios, com a pitoresca invectiva: "não faz mal! Isidoro vem aí" (referência a Isidoro Dias Lopes, um dos chefes do movimento de 1924). Era também essa a psicologia e a linguagem do operário, da cozinheira desempregada e, de supor, do próprio mendigo, a quem a crise também atingia"(31).

A ausência de uma unificação das classes médias urbanas sob a bandeira tenentista, agravou-se quando os "tenentes" formularam um programa de reformas sociais e abandonaram o velho sonho liberal de simples modificação das instituições políticas. Nos Estados mais importantes, os setores médios não acompanharam esta evolução e as aspirações liberais — reconstitucionalização, eleições, serviram como instrumento à burguesia de São Paulo para colocar as classes médias urbanas sob seu controle. E, assim como a pequena burguesia paulista foi a grande responsável pelas manifestações pró Getúlio, na campanha da Aliança Liberal, converteu-se dois anos depois na alma das manifestações e da revolta armada contra o governo nascido da revolução.

A experiência de poder realizada por João Alberto é típica da ambigüidade do tenentismo. João Alberto tomou algumas medidas no sentido de acolher certas exigências operárias (aumento de 5% dos salários, horário mínimo de 40 horas semanais, em face da crise), o que lhe valeu a acusação de decretar medidas "de caráter socialista"(32). Sua atitude porém nunca passou de um atendimento limitado e provisório às reivindicações da classe, pois os limites da ação estavam definidos. Assim, ao relatar suas dificuldades como delegado militar da revolução, diz João Alberto: "Irromperam greves nas principais indústrias paulistas. Agitadores e demagogos exploravam a classe operária, induzindo-a a pedir aumento de salário e a pleitear reivindicações vagamente mencionadas na plataforma eleitoral do Dr. Getúlio"(33).

Por outro lado, se adota uma política dúbia diante da massa operária, passa da reforma à adaptação nas sus relações com a classe dominante. Os vagos planos de reforma agrária (retalhamento em lotes de uma fazenda de propriedade do Banco do Estado) são abandonados e o tenente interventor se inclina à aliança com alguns elementos ligados ao café, comandados por Otaviano Alves Lima, que o proclamam, através da "Liga Paulista pela Constituição e pela Ordem", intérprete das

(29) Cf. Edgard Carone — *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Col. Buriti, 1965, pág. 111.

(30) Cf. Paulo Duarte — *Agora nós!*, São Paulo, 1927, pág. 202.

(31) Cf. Renato Jardim — *A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., s. d., pág. 298.

(32) *Idem*, ibidem, pág. 172.

(33) João Alberto Lins de Barros, *ob. cit.*, pág. 251.

aspirações de São Paulo. Ocorre na época — princípios de 1931 — uma disputa entre os fazendeiros de café e grupos financeiros, em torno do preço a ser pago pelo Estado, por saca de café que seria compulsoriamente retirada do mercado. João Alberto coloca-se ao lado dos produtores, enfrentando José Maria Whitacker que, no ministério da Fazenda, sustentava os interesses dos banqueiros.

É interessante observar que dentro de um contexto social diferente o tenentismo foi presa de contradições semelhantes. Apesar de concentrar, na aparência, o poder em suas mãos, Juarez Távora viu-se obrigado no Ceará a compor politicamente com os "coronéis" locais, ou com figuras a eles ligadas, como o Padre Cícero. Da mesma forma, o então Tenente Juraci Magalhães foi acusado, na Bahia, de fazer arranjos políticos com os oligarcas da região ([34]).

O tenentismo, como movimento com expressão autônoma, entrou em declínio em 1934. A agressividade do "Clube 3 de Outubro" foi-se esvaziando, as tentativas de transformá-lo em partido fracassam e o clube acaba afinal por desaparecer, após ter procurado inutilmente impedir as eleições para a Constituinte.

Entre as incertezas dos primeiros anos do período pós-revolucionário, o governo definiu, com segurança, a política do estabelecimento de um novo tipo de relações entre o Estado e a classe operária. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é criado em 26-11-30 (Decreto n.° 19 433), as Juntas de Conciliação e Julgamento são instituídas a 12-5-32 (Decreto n.° 21 396), dispõe-se acerca do horário de trabalho no comércio (Decreto n.° 21 186, de 22-3-32) e na indústria (Decreto n.° 21 364, de 4-5-32), acerca do trabalho das mulheres (Decreto n.° 21 417-A, de 17-5-33) e dos menores (Decreto n.° 22 042, de 3-11-32), a regulamentação dos sindicatos começa a ser definida (Decreto n.° 19 770, de 19-3-31).

Não se trata da aplicação imediata de um plano global, tateia-se em muitos pontos, mas os objetivos estão definidos: institucionalizar a pressão da classe operária, transformando-a de categoria social marginalizada, cuja súbita intervenção política autônoma podia tornar-se perigosa, em um setor controlável, no jogo das forças sociais. O Estado não procura transformar o proletariado em base de sustentação do poder, incentivando, por exemplo, a criação de um partido de tipo trabalhista, a sindicalização em massa, a formação de organizações sindicais de cúpula que detenham efetivo poder. A fraqueza do movimento operário brasileiro torna desnecessária uma política deste tipo que comportaria muitos riscos. Visa-se a ajustar as relações entre patrões e empregados na área do trabalho e, sobretudo, a anular, no campo sindical, a velha influência anarquista e a influência comunista nascente, transformando os sindicatos em organismos oficializados, numericamente restritos, apolíticos, voltados exclusivamente para as reivindicações profissionais: "O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude indício de hostilidade ao capital que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente dos elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família" ([35]).

A esta política, não são estranhas as transformações de longo curso que se verificam na composição interna do proletariado brasileiro, resultantes do afluxo de população do campo para a cidade e do estancamento da corrente imigratória. O governo provisório especula com as diferenças de origem e procura atrair para a sua órbita "a nova classe operária", como é nítido neste trecho de discurso do ministro do Trabalho Lindolfo Collor: "um dos fatores mais condenáveis da exploração do operário brasileiro e das injustiças contra ele cometidas é o operário estrangeiro que vem para o nosso país acossado pelas necessidades de seus países de origem, que toma o lugar do nacional que muitos patrões consideram economicamente inferior e, não satisfeito com isso, se entrega ainda a propagandas subversivas, francamente condenáveis à luz da dignidade nacional"([36]).

O Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qual-

(34) Cf. John D. Wirth — "Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930", in *Hispanic American Historical Review*, v. 44, n.° 2, maio 1964, págs. 169-170.

(35) Getúlio Vargas, *ob. cit.*, v. 2.°, págs. 97-98.

(36) "O Estado de São Paulo", 25-1-31.

quer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em conseqüência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir seu controle; os "tenentes" fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia. "O Estado encontrará condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar *exclusivamente* aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios e urbanos e da pressão popular" ([37]).

O governo assume o papel de árbitro das diferentes disputas locais, embora dependa das novas oligarquias que se vão formando ou sobem ao poder, sobretudo nas regiões mais atrasadas. Estas oligarquias, entretanto, não têm a força do núcleo socialmente mais coeso da Primeira República (o grupo cafeeiro de São Paulo), desalojado do poder.

Os interesses regionais continuam existindo, mas perdem autonomia e não se projetam de forma imediata na arena política. Sob o aspecto ideológico, a revolução de 1932 foi a última expressão do universo pré-revolucionário. A mobilização popular, em torno de valores como "as tradições de São Paulo", "o gênio e ânimo invicto de Piratininga", o destino de São Paulo — Estado vilipendiado — capaz de salvar a República da anarquia, representou um último e estridente eco do passado. Daí para a frente, os sagrados direitos regionais assumiram formas menos heróicas e passaram a ser discutidos no campo restrito dos objetivos econômicos das diferentes áreas do país.

A revolução de 1930 não é expressão de uma luta de classes e nem mesmo de uma "divisão pura" de facções burguesas, entre um setor agrário e um setor industrial.

A depressão internacional precipitou a aliança transitória entre governos de alguns Estados, "tenentes", um partido estadual (Partido Democrático), cujo inconformismo correspondia ao descontentamento lentamente acumulado, por razões diversas, no plano interno, contra o núcleo cafeeiro. A recomposição da classe dominante, depois de 1930, se faz pela mediação do Estado que, passo a passo, liquida os vários "excessos revolucionários".

Mas, se o movimento de 1930 pode ser visto como mais um episódio de acomodação na História brasileira, tal acomodação não se concretiza por uma retomada do passado. A República Velha, assentada na democracia formal assegurada pelos banquetes de lançamento de candidatura no Automóvel Clube, desaparecia; novos tempos, dos comícios de 1.º de maio no Estádio do Vasco da Gama, da repressão à vanguarda operária e manipulação da classe, do Estado Novo ou Nacional: nos episódios e nas instituições, cristalizavam-se assim as modificações operadas em poucos anos.

(37) Cf. Francisco Weffort, *ar. cit.*, pág. 144.